

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado	7
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	8
---	---

Notas Explicativas	9
--------------------	---

## Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	20
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	21
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	22
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2010</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	792
Preferenciais	1.572
<b>Total</b>	<b>2.364</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
1	Ativo Total	135.036	127.815	155.253
1.01	Ativo Circulante	98.890	15.619	48.120
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45	24	24
1.01.02	Aplicações Financeiras	84.034	811	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	84.034	811	0
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	84.034	811	0
1.01.03	Contas a Receber	14.808	14.781	48.093
1.01.03.01	Clientes	14.808	14.781	48.093
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3	3	3
1.02	Ativo Não Circulante	36.146	112.196	107.133
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	35.945	111.995	106.932
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	35.945	111.995	106.932
1.02.02	Investimentos	201	201	201

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
2	Passivo Total	135.036	127.815	155.253
2.01	Passivo Circulante	2.465	3.121	34.351
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	236	162	186
2.01.01.01	Obrigações Sociais	236	162	186
2.01.05	Outras Obrigações	45	48	53
2.01.05.02	Outros	45	48	53
2.01.06	Provisões	2.184	2.911	34.112
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.184	2.911	34.112
2.03	Patrimônio Líquido	132.571	124.694	120.902
2.03.01	Capital Social Realizado	67.000	62.000	60.200
2.03.02	Reservas de Capital	182	182	182
2.03.04	Reservas de Lucros	65.389	62.512	60.520
2.03.04.01	Reserva Legal	9.245	8.847	8.380
2.03.04.02	Reserva Estatutária	56.144	53.665	52.140

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	11.414	11.862	12.395
3.04.01	Despesas com Vendas	11.674	12.090	12.699
3.04.01.01	Receitas Financeiras	11.674	12.090	12.699
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-348	-439	-372
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-348	-418	0
3.04.02.02	Despesas Tributárias	0	-21	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	108	225	86
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20	-14	-18
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.414	11.862	12.395
3.06	Resultado Financeiro	0	0	76
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.414	11.862	12.471
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.462	-2.526	-4.520
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.952	9.336	7.951
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.952	9.336	7.951
3.99.01.01	ON	0,02996	2,19903	0,03015
3.99.01.02	PN	0,03296	2,41893	0,03316

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	7.952	9.336	7.951
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.952	9.336	7.951

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21	5.544	14.884
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.987	10.291	6.826
6.01.01.01	Lucro Líquido	7.952	9.336	7.951
6.01.01.02	Tributos Diferidos	35	955	-1.461
6.01.01.03	Outros	0	0	336
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.966	-4.747	8.058
6.01.02.01	(Aumento)Redução Aplic. Interfinanceiras Liquidez	76.050	-5.063	-30.170
6.01.02.02	(Aumento)Redução de Títls e Val Mobiliários	-83.223	-73	-82
6.01.02.03	(Aumento)Redução Outros Cred e Val Bens	-63	31.553	35.205
6.01.02.04	(Redução)Aumento em Outras Obrigações	-730	-30.610	3.105
6.01.02.05	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-554	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	-3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-5.544	-14.922
6.03.01	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	-5.544	-14.922
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	21	0	-41
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24	24	65
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45	24	24

**Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.01	Receitas	11.782	-744	1.604
7.01.02	Outras Receitas	11.782	-744	1.604
7.01.02.01	Outras Receitas/Despesas	11.782	-744	1.604
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-352	-418	-351
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-348	-200	-89
7.02.04	Outros	-4	-218	-262
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.430	-1.162	1.253
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.430	-1.162	1.253
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	12.090	12.699
7.06.02	Receitas Financeiras	0	12.090	12.699
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.430	10.928	13.952
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.430	10.928	13.952
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.478	1.592	6.001
7.08.02.01	Federais	3.462	1.571	5.981
7.08.02.02	Estaduais	0	6	7
7.08.02.03	Municipais	16	15	13
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.952	9.336	7.951
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	5.544	7.568
7.08.04.02	Dividendos	75	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.877	3.792	383



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



1.1

### INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

#### Relatório da Administração

##### Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A. relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2010 e de 2009 as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Investimentos Bemge S.A. apresentou ao final do período lucro líquido de R\$ 7.952 mil e patrimônio líquido de R\$ 132.571 mil. O lucro líquido por ação foi de R\$ 3,36, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 56,09. Os ativos totais atingiram R\$ 135.036 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto e em Títulos e Valores Mobiliários.

#### AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM Nº 381

##### Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Investimentos Bemge S.A. e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2010, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

##### Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados a Investimentos Bemge S.A. e a controladora. A política de atuação com a Investimentos Bemge S.A. na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

São Paulo, 28 de março 2011.

A Administração

## Notas Explicativas



4.1

**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2010 e 2009**  
(Em milhares de reais)

### NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos Bemge S.A. – (“INVESTIMENTOS BEMGE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição – 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, Brasil.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

### NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

#### 2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

##### Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards) emitidos pela International Accounting Standards Board (IASB). Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os CPC's e IFRS pela companhia.

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE eram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP anterior”), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela CVM que diferem em certos aspectos do IFRS. Ao elaborar as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010, a administração alterou determinados métodos de contabilização e de avaliação das demonstrações contábeis em BRGAAP para conformidade com o novo padrão contábil.

A administração avaliou que a adoção inicial de acordo com os CPC's e IFRS não produziram impactos no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido da INVESTIMENTOS BEMGE.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRSs e vice-versa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE.

#### 2.2 PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis e não foram adotados pela INVESTIMENTOS BEMGE antecipadamente:

IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”: o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o “IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração de ativos financeiros, estabelecendo duas categorias de mensuração principais: custo amortizado e valor (as categorias de disponível para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e adiantamentos deixarão de existir).

## Notas Explicativas



4.2

A classificação será baseada no modelo de negócios da entidade para o gerenciamento e características contratuais dos fluxos de caixa dos ativos financeiros. Reclassificações entre as duas categorias são proibidas, a menos que haja alteração no modelo de negócios da entidade.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender aos dois critérios seguintes: (i) o objetivo do modelo de negócios é manter o ativo financeiro para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros referem-se apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor em aberto. Quando classificados ao valor justo, as alterações no valor justo são reconhecidas no resultado, exceto no caso das participações societárias em que a entidade tem a opção de designar um instrumento, que não é mantido para negociação, ao valor justo, por meio de outros resultados abrangentes. Se essa opção for exercida, as alterações subsequentes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sem reconhecimento dos ganhos e perdas em resultado. Dividendos recebidos continuarão a ser reconhecidos no resultado.

Somente é permitido designar ao valor justo um ativo financeiro que atenda aos critérios de custo amortizado se essa classificação reduzir ou alterar inconsistências contábeis. Essa designação deve ser realizada no reconhecimento inicial e deve ser irrevogável.

A norma será vigente para os períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, sendo permitida sua adoção antecipada. O IFRS 9 deve ser aplicado retrospectivamente, e, se for adotado em data anterior a 1º de janeiro de 2012, a entidade estará isenta de divulgar informações comparativas.

As próximas etapas deste projeto de substituição do IAS 39 irão abordar o tratamento da redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e o hedge accounting. O IASB já indicou que pretende finalizar a substituição do IAS 39 em junho de 2011. Os impactos do IFRS podem ocorrer como uma consequência de novos desenvolvimentos resultantes do projeto do IASB. Assim, não é possível quantificar os impactos do IFRS na data da publicação destas demonstrações contábeis.

IAS 24 Revisado – “Divulgação de Partes Relacionadas” emitido em novembro de 2009: substitui o IAS 24 “Divulgação de Partes Relacionadas” emitido em 2003. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo de divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas com este. Sua aplicação é obrigatória para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. Não esperamos impactos relevantes.

### 2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

#### a) Estimativas e Premissas Utilizadas pela Administração

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

#### b) Imposto de Renda e contribuição social diferido

Conforme explicado na Nota 3.1 (d), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

#### c) Passivos contingentes

A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

## Notas Explicativas



4.3

### d) Mensuração do valor recuperável

Nas datas-base de divulgação das demonstrações contábeis, a INVESTIMENTOS BEMGE possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

## NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS E TRANSIÇÃO PARA O IFRS

### 3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A INVESTIMENTOS BEMGE define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica de Disponibilidades.

#### b) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO (OPERAÇÕES COMPROMISSADAS)

A INVESTIMENTOS BEMGE possui operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Valores Mobiliários na Demonstração do Resultado.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis. Quando a contraparte tem o direito de vender ou usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial para a rubrica "Ativos financeiros - dados em garantia".

#### c) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

## Notas Explicativas



4.4

A INVESTIMENTOS BEMGE categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### I. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento e tais títulos podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por impairment, diferenças cambiais e dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado abrangente acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração do resultado na rubrica Valores Mobiliários. O custo médio é usado para determinar os ganhos e perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração do resultado na rubrica Valores Mobiliários. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração do resultado como Valores Mobiliários quando é provável que se estabeleça o direito da INVESTIMENTOS BEMGE de receber tais dividendos e entradas de caixas de benefícios econômicos.

A INVESTIMENTOS BEMGE avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração do resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas através do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida através do resultado.

### II. Outros ativos financeiros

A INVESTIMENTOS BEMGE apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do resultado na rubrica Valores Mobiliários.

### d) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações fiscais - Correntes e Ativos fiscais - Impostos de renda e contribuição social a compensar, respectivamente.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição

## Notas Explicativas



4.5

para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Créditos tributários e Obrigações fiscais - Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas.

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	9,00%
PIS	1,65%
COFINS	7,60%

### e) ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração da INVESTIMENTOS BEMGE entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Não haviam ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis em 31/12/2010, 31/12/2009 e em 01/01/2009.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da INVESTIMENTOS BEMGE, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões no Passivo;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e divulgados como passivos contingentes possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

## Notas Explicativas



4.6

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, como por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumadas após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

### f) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

### g) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios não inferior a 1% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo somente quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações contábeis consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do resultado.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos de acordo com as Demonstrações contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nestas Demonstrações contábeis.

### h) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, atribuído aos controladores da INVESTIMENTOS BEMGE, pelo número de ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação é apresentado com base nas ações emitidas pela INVESTIMENTOS BEMGE. As ações ordinárias têm direito a um dividendo mínimo anual, enquanto que as ações preferenciais tem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

### i) APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DE RECEITA

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como valores mobiliários.

### j) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A INVESTIMENTOS BEMGE considera que sua Diretoria é a tomadora de decisões operacionais.

A INVESTIMENTOS BEMGE, sendo uma Holding que não detém investimentos em outras entidades, não possui segmentos de negócios ativos.

## Notas Explicativas



4.7

### 3.2 TRANSIÇÃO PARA O IFRS

Conforme detalhado na nota 2.1, a transição para o IFRS foi registrada de acordo com os CPCs 37 e 43 e a data da transição escolhida foi 1º de janeiro de 2009. Como resultado as políticas contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE nestas demonstrações contábeis foram modificadas em 1º de janeiro de 2009 com o objetivo de atender o IFRS em respeito às políticas contábeis aplicadas para fins de BRGAAP.

A INVESTIMENTOS BEMGE elaborou seu balanço patrimonial inicial em 1º de janeiro de 2009 por meio da aplicação das normas e políticas contábeis e utilizou todas as exceções previstas nos CPCs 37 e 43 na elaboração das demonstrações contábeis em IFRS. Dado o perfil operacional da entidade, a administração decidiu que não haveria necessidade de adotar nenhuma isenção opcional ou obrigatória no contexto do processo de transição para o IFRS destas demonstrações contábeis individuais.

O CPC 37 deve ser aplicado quando uma entidade adota o IFRS na elaboração de suas demonstrações contábeis anuais pela primeira vez, com uma declaração explícita e sem reservas de aplicação do IFRS. Em geral, o CPC 37 requer que uma entidade siga as regras de cada uma das normas contábeis vigentes do IFRS, na data de preparação de sua primeira demonstração contábil em IFRS.

O CPC 37 concede isenções limitadas de seus requerimentos em áreas específicas nas quais o custo de geração de informações pudesse exceder os benefícios dos usuários das demonstrações contábeis. Adicionalmente, o CPC 37 também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis do CPC em algumas áreas, particularmente nas quais a aplicação retrospectiva pudesse requerer o julgamento da Administração sobre condições de passado e após o conhecimento de transações já ocorridas.

A adoção de todos os CPC's não produziram efeitos relevantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado.

### NOTA 4 – APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto no montante de R\$ 35.945 (R\$ 111.995 em 31/12/2009 e R\$ 106.932 em 01/01/2009) com vencimento acima de 365 dias – Não Circulante.

### NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A carteira é composta por Títulos Privados – Certificados Depósito Bancário, sendo o valor de custo e mercado R\$ 84.034 com vencimento em 03/01/2011 até 30 dias. Em 31/12/2009 a carteira era composta por Títulos Públicos – Letras Financeiras do Tesouro, sendo o valor do custo e mercado de R\$ 811 com vencimento em 17/03/2010 (R\$ 738 em 01/01/2009).

### NOTA 6 – DERIVATIVOS

Em 31/12/2010, 31/12/2009 e 01/01/2009, não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

### NOTA 7 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

São compostos por Depósitos em Garantia de Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias no montante de R\$ 4.193 (R\$ 4.064 em 31/12/2009 e R\$ 34.487 em 01/01/2009) registrados no Circulante.



## Notas Explicativas



4.8

### NOTA 8 - PROVISÕES

Compostas basicamente por Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias, os passivos são constituídos pelo valor integral em discussão e respectivos depósitos em garantia conforme abaixo:

Movimentação das Obrigações Legais	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.168</b>	<b>33.101</b>
Encargos sobre Tributos	16	427
Movimentação do período refletida no resultado	-	(16.903)
Constituição	-	701
Reversão (*)	-	(17.604)
Pagamento	-	(14.457)
<b>Saldo Final</b>	<b>2.184</b>	<b>2.168</b>

  

Movimentação dos Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.168</b>	<b>33.098</b>
Apropriação de Rendas	16	844
Movimentação do Período	-	(31.774)
Depositados	-	125
Levantamentos Efetuados	-	(408)
Conversão em Renda	-	(31.491)
<b>Saldo Final</b>	<b>2.184</b>	<b>2.168</b>

(\*) A Investimentos Bemge aderiu em 2009 ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei 11.941/09 de 27/05/2009. O programa incluiu débitos administrativos pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional vencidos até 30 de novembro de 2008. A tese inserida no programa foi a CS/Pis/Cofins não empregador.

A tese atualmente em discussão refere-se ao não recolhimento da CSLL, alterada em função da edição da EC 10/96.

### NOTA 9 - TRIBUTOS

#### Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período.

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>11.414</b>	<b>11.862</b>
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(3.881)	(4.033)
<b>Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:</b>		
<b>(Inclusões) Exclusões Permanentes</b>	<b>419</b>	<b>1.507</b>
Dividendos, Juros sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	37	19
Juros sobre o Capital Próprio	-	1.885
<b>Receitas / (Despesas) de Tributos Diferidos</b>	<b>(35)</b>	<b>(955)</b>
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(3.462)</b>	<b>(2.526)</b>

### NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - O capital social está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.
- b) **Dividendos** - Os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em 31/12/2010 foi provisionado o montante de R\$ 75 (R\$ 5.544 em 31/12/2009) à razão de R\$ 0,02996 (R\$ 2,199025 em 31/12/2009) por ação ordinária e R\$ 0,03296 (R\$ 2,418928 em 31/12/2009) por ação preferencial, equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, registrado em Outros Passivos.

## Notas Explicativas



4.9

### c) Reservas Integralizadas

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Reservas de Capital</b>	<b>182</b>	<b>182</b>
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>65.389</b>	<b>62.512</b>
Legal	9.245	8.847
Estatutárias	56.144	53.665
Equalização de Dividendos (1)	35.542	31.803
Reforço de Capital de Giro (2)	20.602	21.862
<b>TOTAL</b>	<b>65.571</b>	<b>62.694</b>

(1) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

(2) Reserva para Reforço do Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

#### NOTA 11 - PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

	Ativos / (Passivos)			Receitas / (Despesas)	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009
Aplicações no Mercado Aberto - Itaú Unibanco S.A. <sup>(1)</sup>	35.945	111.995	106.932	10.927	10.594
Títulos e Valores Mobiliários - Itaú Unibanco <sup>(2)</sup>	84.034	-	-	34	-
Despesas de Prestação de Serviços - Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	152	148

(1) A Carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias.

(2) A Carteira é composta por Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria, com vencimento até 30 dias.

Além das operações acima discriminadas, a INVESTIMENTOS BEMGE, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Outras Despesas Administrativas R\$ 16 (R\$ 43 de 01/01 a 31/12/2009) em função da utilização da estrutura comum.

b) **Remuneração do Pessoal-Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE foram pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

#### NOTA 12 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Níveis de Risco
	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	
<b>Ativos Financeiros (*)</b>				
Aplicações no Mercado Aberto	35.945	111.995	106.932	Nível 2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	84.034	811	738	Nível 2

(\*) Vide Nota 11

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) **Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial se aproxima de seu valor justo.

b) **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados

## Notas Explicativas



4.10

adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

**Nível 1:** As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

**Nível 2:** As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

**Nível 3:** as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

### NOTA 13 – GERENCIAMENTO DE RISCO

#### Risco de Mercado

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma entidade, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Gestão de Riscos de Mercado é o processo pelo qual a entidade administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, que podem, direta ou indiretamente, afetar o valor de nossos ativos, passivos e posições fora do balanço patrimonial. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao risco de mercado e a otimização da relação risco-retorno através do uso de modelos e ferramentas de gestão avançadas.

O controle do risco de mercado abrange todos os instrumentos financeiros constantes da carteira pertencente a INVESTIMENTOS BEMGE S.A. e os processos e controles relevantes relacionados.

#### Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

#### Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez.

## Notas Explicativas



4.11

Estes cenários podem ser revistos pontualmente à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez está disponível no endereço:  
[http://ww13.itaú.com.br/PortalRI/HTML/port/governanca/politica\\_liquidez.htm](http://ww13.itaú.com.br/PortalRI/HTML/port/governanca/politica_liquidez.htm)

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações contábeis  
Aos Administradores e Acionistas  
Investimentos Bemge S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Investimentos Bemge S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração  
sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas

internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas

demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são

apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui

também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a

avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Investimentos Bemge S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o

exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board

(IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é

requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da

DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente

apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em reunião realizada em 28/03/2011, e após analisar e discutir as demonstrações contábeis de 2010, o relatório de análise gerencial da operação, bem como os respectivos pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade, em observância à disposição do inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declarar que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis e com o relatório gerencial da operação relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Em reunião realizada em 28/03/2011, e após analisar e discutir as demonstrações contábeis de 2010, o relatório de análise gerencial da operação, bem como os respectivos pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade, em observância à disposição do inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declarar que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas nos pareceres emitidos pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.